

NOTA TÉCNICA:

ANÁLISE DA ESTRUTURA DA NOVA SECRETARIA
ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS
INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

São Paulo, 26 de abril de 2019.

ÍNDICE

- 03** Sumário Executivo
- 04** Decreto nº 9.745/2019: estrutura regimental
- 06** I. Órgãos de assistência imediata do Ministro
- 08** II. Órgãos específicos singulares
- 19** III. Órgãos colegiados
- 21** IV. Entidades vinculadas

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em abril, foi publicado o [Decreto nº 9.745/2019](#), estabelecendo a estrutura regimental do recém-criado Ministério da Economia e dispondo sobre as atribuições dos órgãos que integram a pasta. O texto do Decreto reflete a [Medida Provisória nº 870/2019](#), atualmente em tramitação no Congresso Nacional, que trata da organização básica dos órgãos da Presidência e de seus Ministérios.

Nesse contexto, a presente Nota Técnica destaca as principais mudanças promovidas pelo novo Decreto relativas à gestão e à implementação da agenda de comércio exterior, **concentrando a sua análise na Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais**. Destaque-se que a Nota Técnica busca comparar a nova estrutura organizacional de comércio exterior com aquela vigente ao final do governo anterior, período em que vigoravam as disposições do [Decreto 9.260/2017](#).

Destacam-se as seguintes mudanças:

NA ESFERA DECISÓRIA

- i. Delegação, à Secretaria Internacional de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, de competência para decidir sobre matérias relacionadas à aplicação de medidas de defesa comercial e à fixação das alíquotas do imposto de importação e de exportação. No passado, estas eram atribuições exclusivas da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX.

NAS ESFERAS TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

- ii. Concentração da competência para análise de pleitos relacionados a alterações tarifárias permanentes e temporárias no âmbito da Tarifa Externa Comum – TEC em um único órgão (Secretaria-Executiva da CAMEX). Anteriormente, essa atribuição estava repartida entre distintos Ministérios.
- iii. Incorporação pela Secretaria de Comércio Exterior das atribuições relacionadas à avaliação de interesse público. Tal competência pertencia ao Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público – GTIP, cuja secretaria era exercida pela Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN do Ministério da Fazenda.
- iv. Ampliação do número de órgãos colegiados incluídos na estrutura do Ministério da Economia (32 ao todo). Além disso, no âmbito da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, os antigos Departamentos passaram a receber a denominação de Subsecretarias, sendo objeto de alteração em suas atribuições.
- v. Distribuição, entre distintas Subsecretarias da SECEX, das competências relacionadas ao comércio de serviços, previamente exercidas pela extinta Secretaria de Comércio e Serviços – SCS.

Ressalte-se que o mapeamento da nova distribuição de competências na esfera do comércio exterior requer ainda, complementarmente, a análise da **nova estrutura regimental de outros ministérios**, incluindo o **Ministério das Relações Exteriores** ([Decreto nº 9.683/2019](#)), uma vez que um conjunto de atribuições competentes ao Ministério da Economia será exercido em articulação com outros órgãos da administração pública federal. Finalmente, cumpre registrar que, embora a CAMEX tenha sido enquadrada como órgão colegiado diretamente relacionado ao Ministro da Economia, a Câmara não teve as suas atribuições disciplinadas pelo novo Decreto.

DECRETO Nº 9.745/2019

ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

No dia 8 de abril de 2019, foi publicado o [Decreto nº 9.745/2019](#), que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Economia¹. Em síntese, o Ministério será composto por quatro modalidades de organismos:

- i. **Órgãos de assistência direta e imediata do Ministro:** composto por Gabinete, Assessoria Especial, Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos, Assessoria Especial de Relações Institucionais e Secretaria-Executiva.
- ii. **Órgãos específicos singulares:** composto pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e por sete Secretarias Especiais.
- iii. **Órgãos colegiados:** composto por 32 órgãos, inclui o Conselho Monetário Nacional o Conselho de Metrologia – Conmetro e a Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, dentre outros.
- iv. **Entidades vinculadas:** modalidade composta por quatro categorias de órgãos, quais sejam: autarquias (Banco Central do Brasil, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, etc); empresas públicas (Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, etc); sociedades de economia mista (Banco do Brasil, Banco da Amazônia, etc); e fundações (Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, etc).

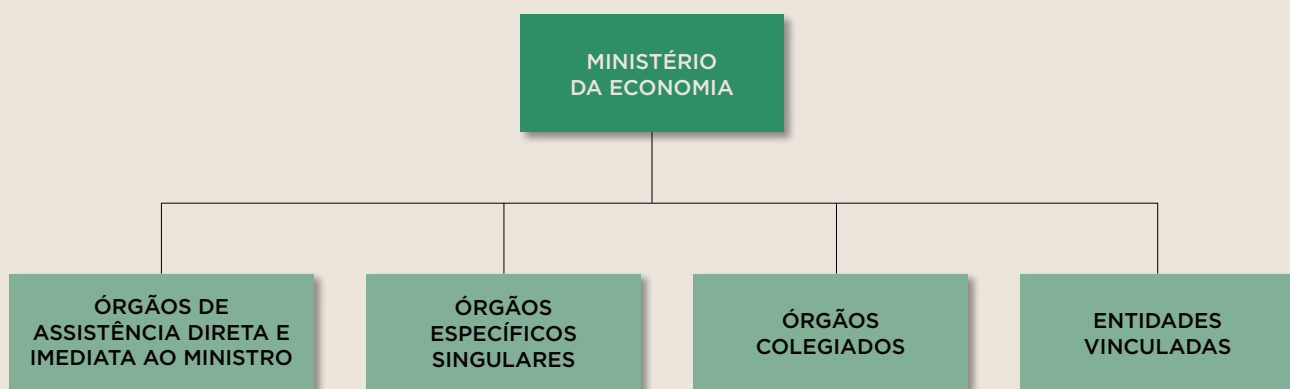


Figura 1. Estrutura geral do Ministério da Economia

1 O Decreto nº 9.745/2019 revogou, dentre outros, o [Decreto nº 9.679/2019](#), que, publicado em janeiro, também versava sobre a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Economia.



I. ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA IMEDIATA DO MINISTRO

I. ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA IMEDIATA DO MINISTRO

São **cinco** os órgãos de assistência imediata do Ministro da Economia: o **Gabinete**; a **Assessoria Especial**; a **Secretaria-Executiva**; a **Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos**; e a **Assessoria Especial de Relações Institucionais**.

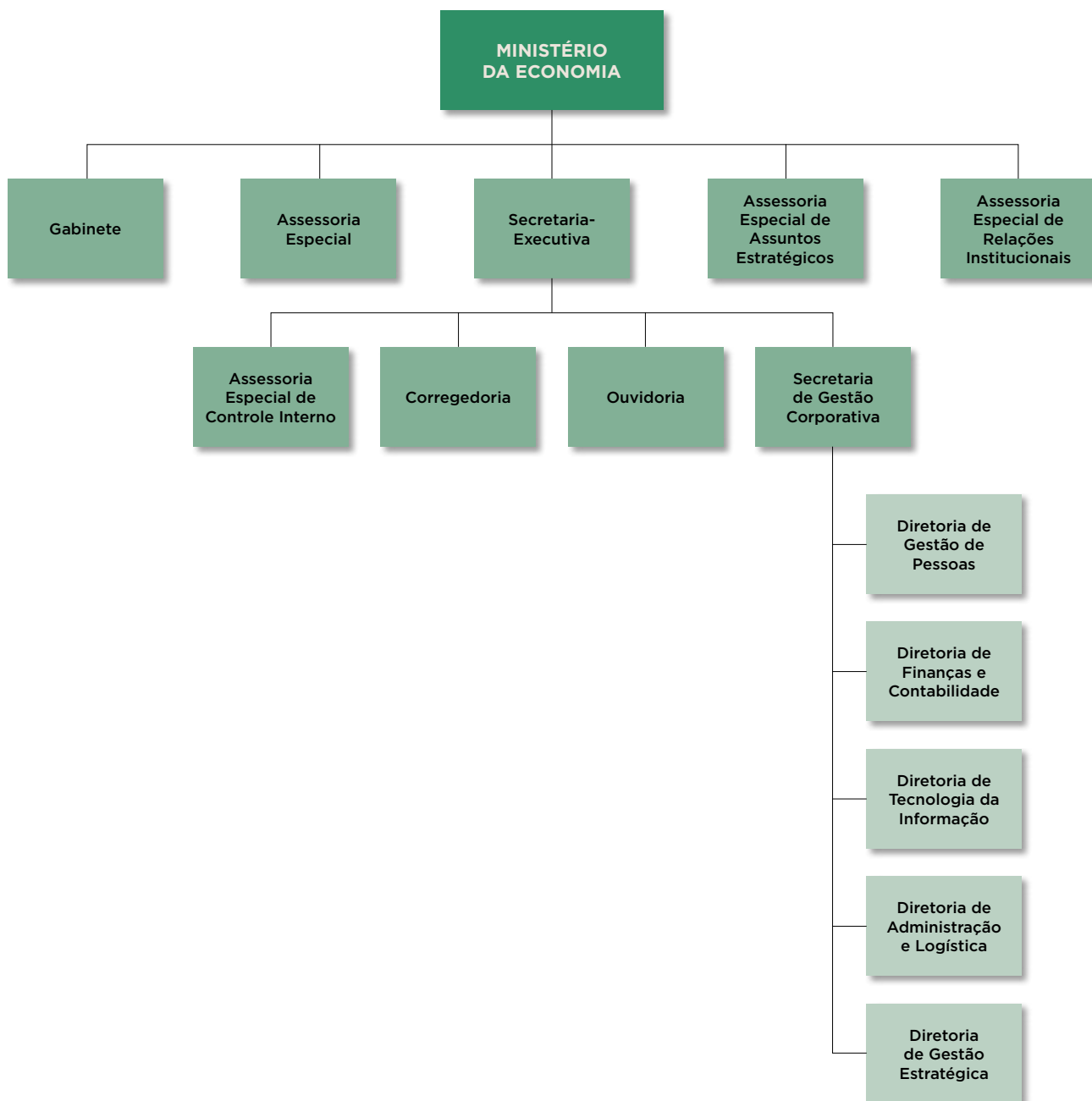


Figura 2. Órgãos de assistência imediata do Ministro da Economia.



II. ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

II. ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

São **oito** os órgãos específicos singulares estabelecidos pelo novo Decreto: i) a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN; ii) a Secretaria Especial da Fazenda; iii) a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; iv) a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; v) a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais; vi) a Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento; vii) a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade; e viii) a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

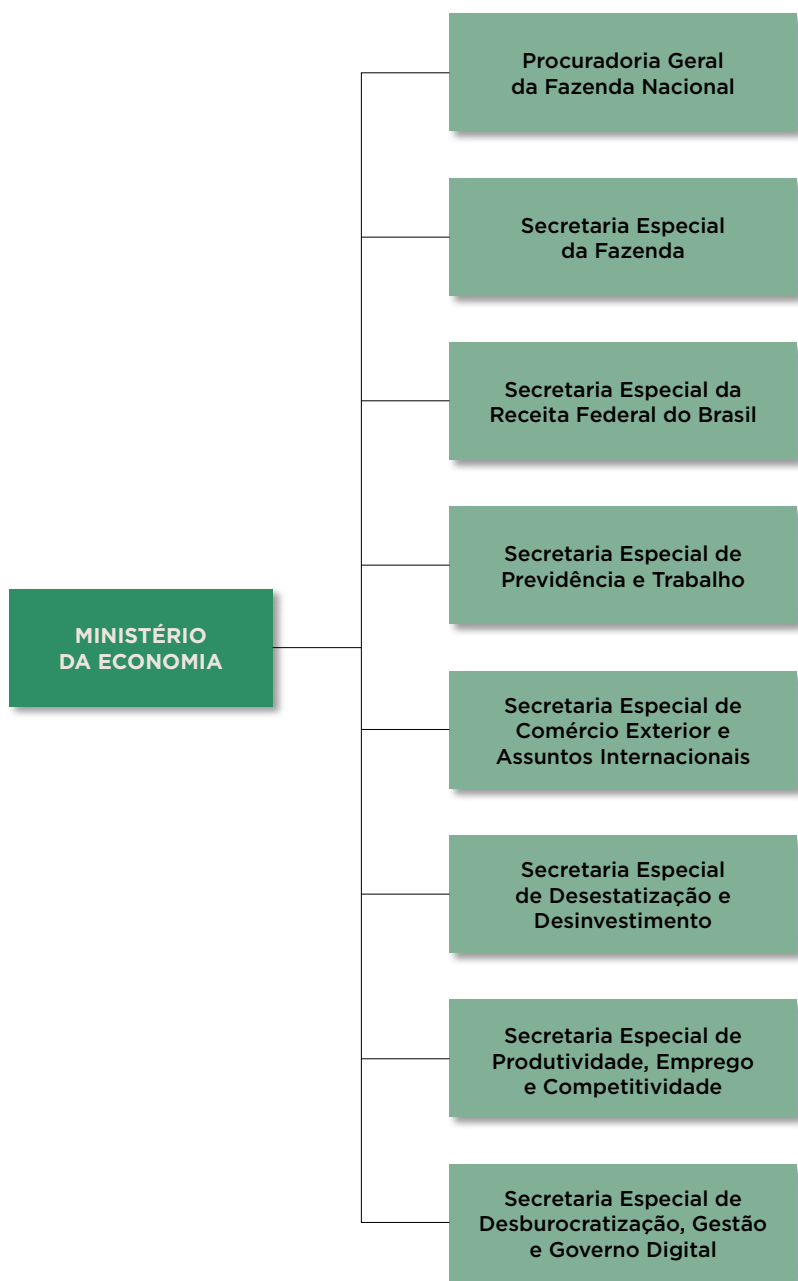


Figura 3. Órgãos específicos singulares do Ministério da Economia.

Dentre as sete Secretarias Especiais estabelecidas, o presente documento concentrará a sua análise naquela que passou a reunir as principais atribuições relacionadas a atividades de comércio exterior, qual seja, a **Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais**, discutida a seguir.

ANÁLISE: SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

À **Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT)** cumprirá, dentre outras funções, supervisionar as políticas de comércio exterior e a participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior; supervisionar a formulação de diretrizes e a avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais; e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas com crédito à exportação.

A nova Secretaria Especial **incorporou competências anteriormente pertencentes à CAMEX**, incluindo a responsabilidade pela fixação de alíquotas do imposto de importação e de exportação², além da imposição de direitos antidumping e compensatórios, provisórios ou definitivos, e medidas de salvaguarda. Incorporou ainda atividades anteriormente atribuídas à Secretaria-Executiva do extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, como a coordenação, no âmbito do Ministério, das atividades relacionadas a crédito à exportação.

Ademais, o Decreto nº 9.745/2019 **não trata** do órgão responsável pela decisão de **alterar ou suspender direitos antidumping e compensatórios definitivos** por razões de interesse público³.

Marcos Prado Troyjo foi nomeado o [responsável pela pasta](#) e responderá como o **Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais**.

Estrutura

A Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais será composta por três Secretarias com funções específicas, quais sejam:

a. Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior: composta por **três Subsecretarias** (Subsecretaria de Estratégia Comercial; Subsecretaria de Investimentos Estrangeiros; e Subsecretaria de Financiamento ao Comércio Exterior). **Carlos Roberto Pio da Costa Filho** foi nomeado o [responsável pela pasta](#) e responderá como o **Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior**.

b. Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais: composta por **três Subsecretarias** (Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento e Mercados Internacionais; Subsecretaria de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica; e Subsecretaria de Instituições Internacionais de Desenvolvimento). **Erivaldo Alfredo Gomes** foi nomeado o [responsável pela pasta](#) e responderá como o **Secretário de Assuntos Econômicos Internacionais**.

c. Secretaria de Comércio Exterior: composta por **cinco Subsecretarias** (Subsecretaria de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior; Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior; Subsecretaria de Facilitação de Comércio Exterior; Subsecretaria de Negociações Internacionais; e Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público). **Lucas Pedreira de Couto Ferraz** foi nomeado o [responsável pela pasta](#) e responderá como o **Secretário de Comércio Exterior**.

2 Respeitadas as condições estabelecidas na [Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957](#), no [Decreto-Lei nº 63, de 21 de novembro de 1966](#), no [Decreto-Lei nº 2.162, de 19 de setembro de 1984](#) e no [Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977](#).

3 Se mantida a configuração decisória prévia, nos termos da [Lei nº 9.019/1995](#), esta atribuição seguirá sob competência da CAMEX. Por outro lado, é possível que esta atribuição recaia sobre a própria SECINT, uma vez que a pasta já é competente para aplicar medidas de defesa comercial.

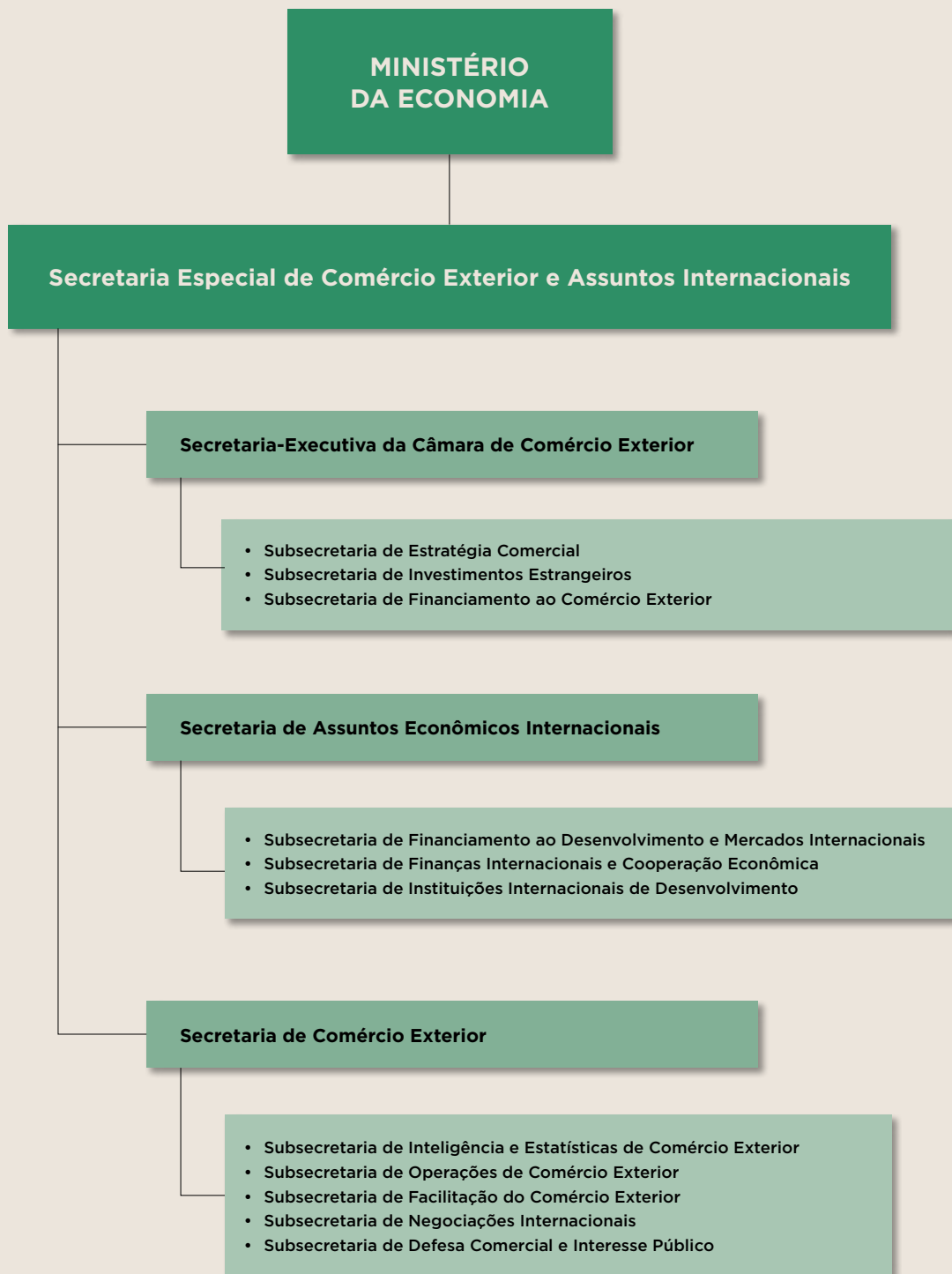


Figura 4. Estrutura da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

ATRIBUIÇÕES

A. SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SE-CAMEX)

• **Subsecretaria de Estratégia Comercial:** a nova Subsecretaria passou a **concentrar** as atribuições relacionadas a **alterações temporárias e permanentes da Tarifa Externa Comum – TEC**, anteriormente executadas de maneira dispersa por órgãos distintos da administração pública federal. Nesse sentido, deverá analisar, processar e recomendar encaminhamento sobre alterações tarifárias; formular proposta de revisão da estrutura tarifária brasileira; secretariar o Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC nº 08/08 – GTAR-08 (atribuição [previamente exercida](#) pela Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN do Ministério da Fazenda) e o Grupo Técnico sobre Alterações Temporárias da Tarifa Externa Comum do Mercosul – GTAT-TEC (função que já era [exercida](#) diretamente pela própria Secretaria-Executiva da CAMEX); coordenar, internamente, o Comitê Técnico nº 1 de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (competência anteriormente pertencente ao Departamento de Negociações Internacionais – DEINT do extinto MDIC); analisar e propor alterações na Tarifa Externa Comum e na Nomenclatura Comum do Mercosul; dentre outras.

A Subsecretaria também será responsável por propor estratégias de inserção internacional do Brasil, bem como deverá preparar as reuniões do Conselho Consultivo do Setor Privado (função [exercida](#) anteriormente pela própria Secretaria-Executiva da CAMEX)⁴.



Figura 5. Principais atribuições da Subsecretaria de Estratégia Comercial da SE-CAMEX.

• **Subsecretaria de Investimentos Estrangeiros:** deve atuar como Ombudsman de Investimentos (o Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior já representava [institucionalmente](#) o Ombudsman de Investimentos); propor boas práticas regulatórias para facilitar a operação de investimentos do país; acompanhar e monitorar investimentos estrangeiros diretos no Brasil; coordenar o ponto de contato nacional para as diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE para as empresas multinacionais; dentre outras atribuições.

• **Subsecretaria de Financiamento ao Comércio Exterior:** será responsável por propor, avaliar e acompanhar medidas de políticas e programas públicos de financiamento e de garantias às exportações, inclusive a recuperação de créditos ao exterior.

⁴ Embora a Secretaria-Executiva tenha concentrado a maior parte das atribuições relacionadas à análise de pleitos de alteração temporária e definitiva da TEC, a realização de análises dos pedidos de Ex-tarifários competirá à Subsecretaria da Indústria, enquadrada no âmbito da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade. Esta responsabilidade incumbia, anteriormente, ao Departamento de Competitividade Industrial da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial – SDIC (extinto MDIC).

Parcela de suas **atribuições** competia anteriormente ao extinto Departamento de Competitividade no Comércio Exterior – DECOE, também da Secretaria de Comércio Exterior, incluindo: opinar sobre normas pertinentes a aspectos comerciais para o Programa de Financiamento às Exportações; e acompanhar as diretrizes para a política de crédito e financiamento às exportações, especialmente do Programa de Financiamento às Exportações e do Seguro de Crédito à Exportação.

Outra parcela de suas **responsabilidades** [competia anteriormente](#) à extinta Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, incluindo participar, no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – Cofig, das decisões relativas à concessão de assistência financeira às exportações, com recursos do Programa de Financiamento às Exportações, e de prestação de garantia da União, amparada pelo Fundo de Garantia à Exportação; participar, no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – Comace, das decisões relativas ao planejamento e ao acompanhamento da política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior; coordenar as negociações relativas a créditos brasileiros ao exterior, incluídas aquelas realizadas em cooperação com o Clube de Paris; dentre outras.

A Subsecretaria também exercerá a função de Secretaria-Executiva do Cofig (função [anteriormente ocupada](#) pelo Ministério da Fazenda) e do Comace, além de assessorar a Presidência dos referidos Comitês.

B. SECRETARIA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS

A Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais e as três Subsecretarias que a integram assumiram, dentre outras tarefas, tanto parcela de atribuições [anteriormente exercidas](#) pela SAIN e suas Subsecretarias (extinto Ministério da Fazenda) quanto parte de outras atividades [desempenhadas previamente](#) pela Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN (extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG). São elas:

- **Subsecretaria de Financiamento ao Desenvolvimento e Mercados Internacionais:** responsável por acompanhar a formulação e avaliar os planos, os programas e as políticas de órgãos e fóruns financeiros internacionais; formular diretrizes, planejar e coordenar políticas e ações para a negociação de programas e projetos do setor público, vinculados a fontes externas; coordenar a atuação da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais como secretaria-executiva da Comissão de Financiamentos Externo – Cofix; acompanhar a execução de programas e projetos aprovados pela Cofix e recomendar, quando necessário, alterações em sua implementação; dentre outras.

- **Subsecretaria de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica:** deverá planejar, coordenar e supervisionar ações relacionadas com discussões e negociações econômico-financeiras extrarregionais de caráter bilateral e multilateral nas áreas de competência do Ministério; participar, como representante do Ministério, da coordenação de ações relacionadas com políticas, diretrizes e iniciativas de cooperação de natureza econômica, monetária, financeira, incluídas a regulação e a supervisão no âmbito internacional; subsidiar a formulação do posicionamento brasileiro em organismos, fóruns e instituições financeiras internacionais; planejar e coordenar as ações da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais nos foros e organismos internacionais de natureza econômico-financeira, incluídos: Fundo Monetário Internacional – FMI, fóruns econômicos do Grupo dos 20 - G20, do Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – BRICS e da OCDE; dentre outras.

- **Subsecretaria de Instituições Internacionais de Desenvolvimento:** suas atribuições incluem planejar e coordenar as ações da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais nas instituições financeiras internacionais de desenvolvimento e em foros internacionais relacionados com desenvolvimento sustentável, meio ambiente e mudança de clima; coordenar a formulação da posição brasileira e as negociações nas instituições financeiras internacionais de desenvolvimento, além de parcerias e iniciativas internacionais de financiamento e assistência internacional para o desenvolvimento; coordenar a atuação da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais como Autoridade Nacional Designada para o Fundo Verde do Clima e no âmbito do Fundo Global do Meio Ambiente; dentre outras.

C. SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Dentre outras responsabilidades, a **Secretaria de Comércio Exterior – SECEX** estará encarregada de formular propostas de diretrizes, implementar e coordenar políticas e programas de comércio exterior de bens e serviços e estabelecer normas e procedimentos necessários à sua implementação; representar o Ministério da Economia nas negociações e nos foros internacionais relativos a setor automotivo, serviços, investimentos, compras governamentais, regime de origem, barreiras técnicas, facilitação de comércio, defesa comercial e outros temas tarifários e não tarifários nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral; promover iniciativas destinadas à difusão da cultura exportadora e ações e projetos destinados à promoção e ao desenvolvimento do comércio exterior; dentre outras competências.

Por outro lado, a Secretaria de Comércio Exterior incorporou algumas das atribuições [anteriormente delegadas](#) à **Secretaria de Comércio e Serviços – SCS**, incluindo: formular propostas de políticas e programas de comércio exterior de serviços e estabelecer normas e medidas necessárias à sua implementação; e administrar, controlar, desenvolver e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio – Siscoserv.

Também foram adicionadas ao escopo de trabalho da Secretaria atribuições relacionadas à regulamentação dos procedimentos relativos às avaliações de **interesse público** e a **decisão sobre a abertura** de avaliações desta natureza.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMO ERA

- Departamento de Estatística e Apoio à Exportação
- Departamento de Operações de Comércio Exterior
- Departamento de Negociações Internacionais
- Departamento de Defesa Comercial
- Departamento de Competitividade no Comércio Exterior

COMO FICOU

- Subsecretaria de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior
- Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior
- Subsecretaria de Negociações Internacionais
- Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público
- Subsecretaria de Facilitação do Comércio Exterior

Figura 6. Comparação entre a antiga e a nova estruturas da Secretaria de Comércio Exterior.

Assim como ocorria no âmbito do extinto MDIC, a nova Secretaria de Comércio Exterior continuará a dispor de **cinco Subsecretarias (que, anteriormente, recebiam a denominação de Departamentos)**. Todas as Subsecretarias sofreram mudanças em suas atribuições.

• **Subsecretaria de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior:** manteve a **maior parte** das atribuições que pertenciam ao antigo Departamento de Estatística e Apoio à Exportação, incluindo: assessorar a formulação e a revisão das políticas e dos programas de comércio exterior, além de avaliar seus resultados e impactos; elaborar e divulgar a balança comercial brasileira; desenvolver, manter e gerenciar sistemas eletrônicos de disseminação e análise dos dados e informações estatísticas do comércio exterior de bens e serviços; elaborar e, quando pertinente, divulgar estudos, indicadores, publicações e informações sobre os fluxos de comércio, produtos, setores e mercados estratégicos para o comércio exterior brasileiro de bens e serviços; dentre outras.

• **Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior:** o órgão **preservou** a **maior parcela** das atribuições anteriores do Departamento de Operações de Comércio Exterior, incluindo: desenvolver, executar e acompanhar políticas e programas de operacionalização do comércio exterior e estabelecer normas e procedimentos necessários à sua implementação; acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas a acordos internacionais que envolvam setores específicos ou a comercialização de produtos, referentes à área de atuação da Subsecretaria; desenvolver, executar, administrar e acompanhar mecanismos de operacionalização do comércio exterior e seus sistemas operacionais; analisar e deliberar sobre atos concessórios de drawback (nas modalidades isenção e suspensão), importação de bens usados e exame de similaridade; fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação e importação, diretamente ou em articulação com outros órgãos da administração pública federal; dentre outras.

Complementarmente, a Subsecretaria **incorporou** atribuições previamente delegadas ao Departamento de Competitividade Internacional em Comércio e Serviços, da extinta SCS, tais como: coordenar (em conjunto com as áreas competentes da Secretaria da Receita Federal do Brasil) o desenvolvimento, a implementação e a administração de módulos operacionais e de informações do Siscoserv; e presidir a Comissão do Siscoserv, coordenando as ações para sua manutenção e para o aprimoramento dos atos normativos a ela relacionados.

Finalmente, foi adicionado ao escopo formal de atividades da Subsecretaria a competência para elaborar estudos que visem a detectar práticas ilegais no comércio exterior e propor medidas pertinentes para o seu combate.

• **Subsecretaria de Negociações Internacionais:** o órgão será responsável por executar, em articulação com demais órgãos competentes, as ações necessárias para a definição e a implementação da posição brasileira, para a coordenação e a participação nas negociações internacionais relativas ao comércio exterior nos temas de bens, inclusive os relativos a setor automotivo, serviços, investimentos, compras governamentais, regimes de origem, barreiras técnicas.

Além disso, a Subsecretaria **manteve** a maior parte das atribuições do Departamento de Negociações Internacionais, incluindo: promover estudos e iniciativas destinados ao apoio, à informação e à orientação da participação brasileira em negociações internacionais relativas ao comércio exterior; administrar os regulamentos de origem dos acordos comerciais firmados pelo Brasil e dos sistemas preferenciais na exportação e não preferenciais na importação; articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, com vistas a compatibilizar as negociações internacionais para o desenvolvimento do comércio exterior; e apoiar o setor produtivo brasileiro em relação às barreiras comerciais externas aos produtos brasileiros e às iniciativas facilitadoras e de convergência regulatória.

No âmbito das competências **adicionadas** ao conjunto de atribuições da Subsecretaria, figura a coordenação, em articulação com os demais órgãos competentes, da participação brasileira nas comissões administradoras dos acordos firmados pelo Brasil e pelo Mercosul com países e blocos econômicos, além de propor e implementar o seu aprimoramento; e a articulação com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a realização de treinamentos, estudos, eventos, projetos e outras atividades destinadas ao desenvolvimento do comércio exterior de serviços – esta responsabilidade era previamente atribuída à extinta SCS.

Dentre as competências **removidas** do escopo de atuação da Subsecretaria, destacam-se: a coordenação, no âmbito interno, do Comitê Técnico nº 1 – de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias e a análise e apresentação de propostas de alterações na Tarifa Externa Comum e na Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM. Ambas as atribuições foram transferidas para a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior, também enquadrada na Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais.

Ademais, a Subsecretaria de Negociações Internacionais **representará** a Secretaria de Comércio Exterior nos **Grupos Técnicos** de sua competência no âmbito do governo.

• **Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público:** herdou **todas as competências** previamente delegadas ao antigo Departamento de Defesa Comercial, incluindo examinar a procedência e o mérito de petições de abertura de investigações e revisões de defesa comercial (dumping, subsídios e salvaguardas); propor a abertura e conduzir as investigações e as revisões, por meio de processo administrativo, sobre a aplicação de medidas de defesa comercial; propor a aplicação de medidas de defesa comercial; propor a regulamentação dos procedimentos relativos às investigações de defesa comercial; acompanhar as investigações de defesa comercial abertas por terceiros países contra as exportações brasileiras e prestar assistência à defesa do exportador; dentre outras.

A principal novidade diz respeito ao fato de que a Subsecretaria **incorporou** atribuições relacionadas à análise de **interesse público** em investigações de defesa comercial, sendo competente também para: examinar a procedência e o mérito de petições de análise de interesse público com vistas a avaliar o impacto das medidas de defesa comercial sobre a economia nacional; e **propor a suspensão ou a alteração** de aplicação de medidas antidumping ou compensatórias em razão de interesse público.

A Subsecretaria deverá ainda exercer as atividades de **Secretaria** do Grupo Técnico de Defesa Comercial – GTDC (tal como já [ocorria](#)) e do Grupo Técnico de Avaliação de Interesse Público – GTIP (competência previamente pertencente à SAIN do extinto Ministério da Fazenda).

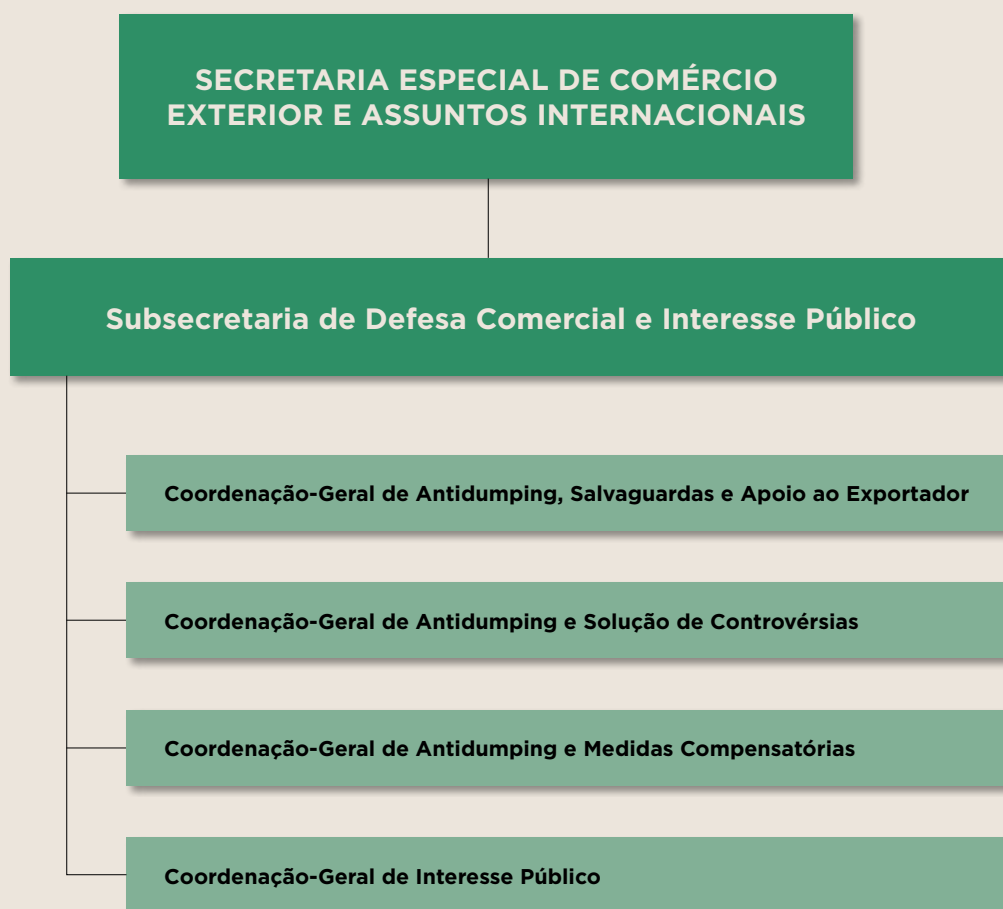


Figura 7. Estrutura da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público

• **Subsecretaria de Facilitação de Comércio Exterior:** a Subsecretaria **incorporou** a maior parte das atribuições anteriormente pertencentes ao Departamento de Competitividade no Comércio Exterior, incluindo: coordenar as ações referentes ao Acordo sobre Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio e representar o Ministério em negociações internacionais e eventos relacionados com a facilitação de comércio; coordenar, no âmbito do Ministério, ações referentes ao Acordo sobre Procedimentos de Licenciamento de Importação junto à Organização Mundial do Comércio; exercer a função de secretaria-executiva do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio – Confac⁵; administrar o Sistema de Registro de Informações de Promoção – Sisprom; administrar, no âmbito de competências da Secretaria, o Registro de Empresas Comerciais Exportadoras constituídas nos termos de legislação específica; dentre outras.

Dentre as competências **removidas** do escopo de atuação da Subsecretaria (quando comparada ao extinto DECOE), figuram: opinar sobre normas pertinentes a aspectos comerciais para o Programa de Financiamento às Exportações; acompanhar as diretrizes para a política de crédito e financiamento às exportações; formular propostas para aumentar a competitividade internacional do produto brasileiro, especialmente de âmbito burocrático, tributário, financeiro e logístico (competência incorporada pela Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade); estabelecer normas e procedimentos necessários à implementação de políticas e programas de operacionalização do comércio exterior (atribuição incorporada pela Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior); e manter e atualizar o Registro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior.

Foram **incluídas** ao conjunto de competências do órgão: manter serviço de centro de informação para a solução de dúvidas e prestação de informações relativas a procedimentos, formalidades e exigências administrativas incidentes sobre o comércio exterior brasileiro, em parceria com outros órgãos intervenientes no comércio exterior (atribuição que pertencia ao Departamento de Estatística e Apoio à Exportação); participar, como representante da Secretaria de Comércio Exterior, das atividades do Comitê Nacional de Promoção Comercial – COPCOM; coordenar ações referentes ao aperfeiçoamento da regulação de comércio exterior; e propor medidas de boas práticas regulatórias no comércio exterior.

5 O [Decreto nº 9.260/2017](#) previa a competência do Departamento de Competitividade do Comércio Exterior para exercer as atividades da secretaria do Confac.

São listadas abaixo todas as principais atribuições que competem às **Subsecretarias da Secretaria de Comércio Exterior**, conforme as disposições do novo Decreto.

Subsecretaria de Inteligência e Estatísticas de Comércio Exterior	<ul style="list-style-type: none"> • Assessorar a formulação e a revisão das políticas e dos programas de comércio exterior; • Elaborar e divulgar a balança comercial brasileira; • Elaborar e divulgar estudo, indicadores e publicações sobre os fluxos de comércio.
Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver, executar e acompanhar políticas e programas de operacionalização do comércio exterior; • Analisar e deliberar sobre atos concessórios de drawback (nas modalidades isenção e suspensão); • Coordenar o desenvolvimento, a implementação e a administração de módulos operacionais do Siscoserv; • Elaborar estudos que visem a detectar práticas ilegais no comércio exterior.
Subsecretaria de Negociações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Executar as ações necessárias para a definição da posição brasileira e participação nas negociações internacionais de bens; • Administrar os regulamentos de origem dos acordos firmados pelo Brasil, além dos sistemas preferenciais na exportação e não preferenciais na importação; • Apoiar a o setor produtivo brasileiro em relação às barreiras comerciais externas aos produtos do Brasil.
Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público	<ul style="list-style-type: none"> • Examinar a procedência e o mérito de petições de abertura de investigações e revisões de defesa comercial; • Propor a abertura e conduzir investigações e revisões sobre a aplicação de medidas de defesa comercial; • Examinar a procedência e o mérito de petições de análise de interesse público; • Propor a aplicação de medidas de defesa comercial, bem como a suspensão ou alteração de aplicação de medidas antidumping ou compensatórias em razão de interesse público.
Subsecretaria de Facilitação de Comércio Exterior	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar ações referentes ao Acordo sobre Facilitação de Comércio da OMC; • Coordenar ações referentes ao Acordo sobre Procedimentos de Licenciamento de Importação junto à OMC; • Administrar o Registro das Empresas Comerciais Exportadoras; • Propor medidas de boas práticas regulatórias no comércio exterior.

Figura 8. Sumário das atribuições das Subsecretarias da Secretaria de Comércio Exterior.

A large container ship is docked at a port, with its deck covered in stacks of colorful shipping containers. A large gantry crane is positioned over the ship, and the sky is filled with white clouds. The entire image has a green tint.

III. ÓRGÃOS COLEGIADOS

III. ÓRGÃOS COLEGIADOS

A nova legislação estabelece **32 órgãos colegiados** (Câmaras, Comitês, Conselhos e Fóruns) diretamente relacionados ao Ministro da Economia. Dentre eles, destacam-se a **CAMEX**, o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE e o Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Conmetro.

MINISTRO		
Conselho Monetário Nacional	Conselho Nacional de Política Fazendária	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional
Conselho Nacional de Seguros Privados	Conselho Nacional de Previdência	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Conmetro
Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seg. Privados, de Prev. Privada Aberta e Capitalização	Conselho Nacional de Prev. Complementar	Cons. Nacional das Zonas de Processamento de Exportação – CZPE
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	Câmara de Recursos da Previdência Complementar	Conselho de Participação em Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior – CPFGE
Comitê Brasileiro de Nomenclatura	Conselho de Recursos da Previdência Social	Conselho Nacional do Trabalho
Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior	Comissão de Financiamentos Externos – Confiox	Conselho Curador do FGTS
Comitê de Coord. Gerencial das Inst. Financeiras Públicas Federais	Comissão Nacional de Cartografia – Concar	Conselho Deliberativo do FAT
Comitê Gestor do Simples Nacional	Comissão Nacional de Classificação – Concla	Câmara de Comércio Exterior
Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES	Conselho Consultivo do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	Fórum Nacional de Microcrédito
Conselho Diretor do Fundo PIS-Pasep	Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais	Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM
Comitê de Financiamento e Garantias das Exportações		Conselho Nacional de Fomento e Colaboração – Confoco

Figura 9. Órgãos colegiados do Ministério da Economia



IV. ENTIDADES VINCULADAS

IV. ENTIDADES VINCULADAS

A nova legislação estabelece **23 entidades vinculadas**, que estão diretamente relacionadas ao Ministro da Economia. Estes órgãos estão enquadrados em quatro modalidades com personalidades jurídicas distintas: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.

Dentre estas entidades, destacam-se o Banco Central, o Inmetro, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias – ABGF, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco do Brasil.

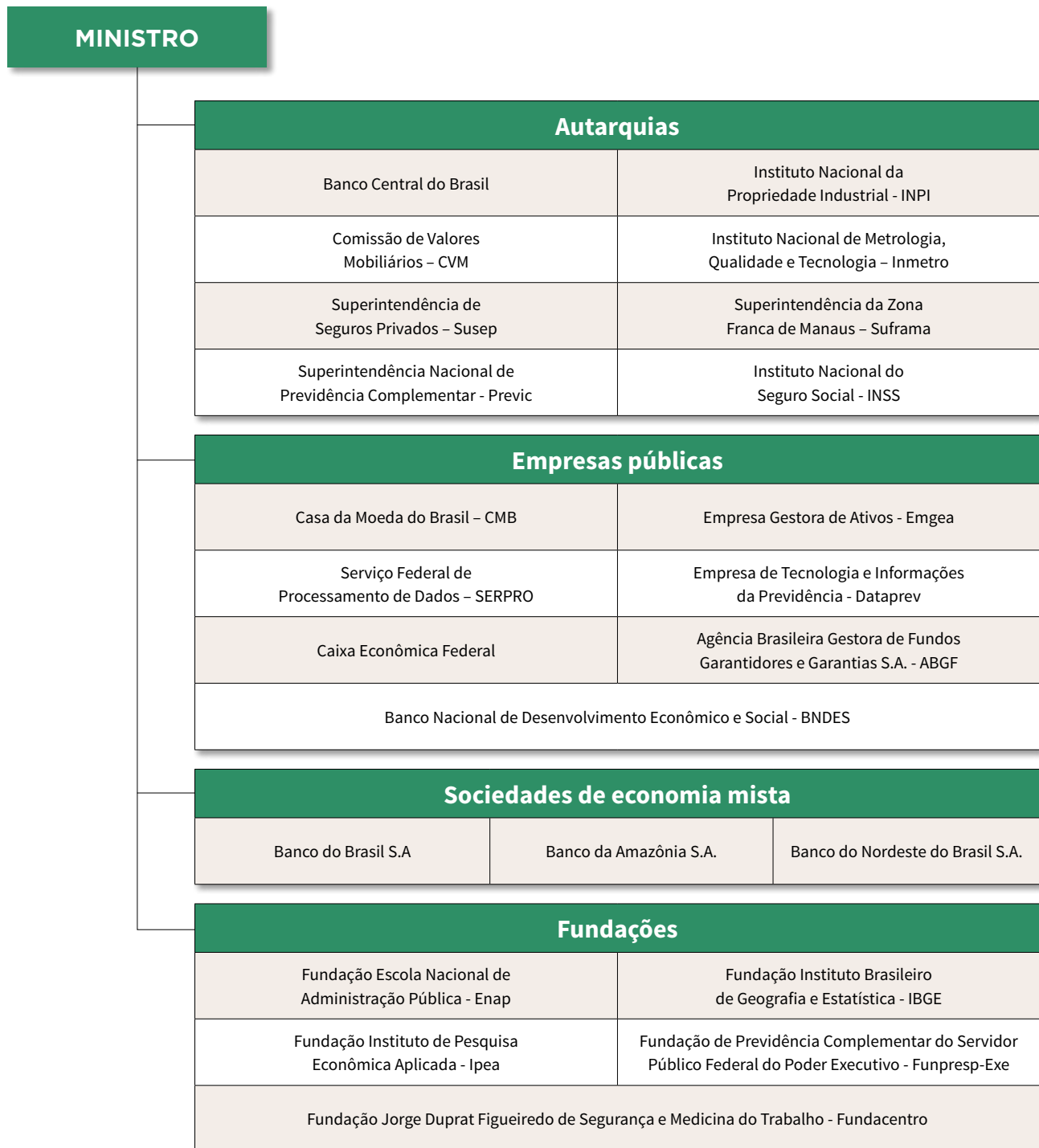


Figura 10. Entidades vinculadas ao Ministério da Economia

EQUIPE TÉCNICA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP)

CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (CIESP)

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (DEREX)

Diretor Titular: Thomaz Zanotto

Gerente: Magaly Menezes

ÁREA DE DEFESA COMERCIAL

Coordenador: Bruno Youssef

Analista: Natália Siqueira

Estagiária: Laila Mohallem

Endereço: Av. Paulista, 1313 – 4º andar - São Paulo/SP - 01311-923

